

## **Neoliberalismo na Crise da Modernidade**

*Edivan Pedro dos Santos (FEBE)*

*Orientador: Carlos Eduardo Sell*

### **Considerações Iniciais**

Através deste *paper* pretendemos analisar alguns elementos de ordem filosófico-sociológica, que nos permitirão compreender como e porque o neoliberalismo consegue fazer frente à crise estrutural que nos assola. Para tanto, procuraremos desenvolver uma discussão fundamentalmente crítica acerca de como o movimento neoliberal, utilizando-se do esgotamento de uma certa racionalidade moderna, articula suas teses como saída racional à totalidade da crise da modernidade. Também buscaremos manifestar nossas críticas ao (ir)racionalismo neoliberal, visto, muitas vezes, por governos e políticos como alento ao desencanto utópico da modernidade. Entretanto, antes de procedermos a isso, tendo em vista uma melhor compreensão da nossa argumentação, apresentaremos a estratégia metodológica utilizada no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

A leitura, pois, que fazemos da temática em questão se fundamenta nos pressupostos teóricos marxianos, sobretudo naquele que evidencia a dimensão econômica da sociedade. Sabemos o quanto é delicado o uso de tal argumento. Todavia, sem a pretensão de utilizá-lo de maneira ortodoxa, para não incorreremos na acusação de reducionista e/ou determinista, para nós, essa dimensão adquire validade de análise à medida que nos permitir ver nela um fator de grande importância na organização e efetivação, ou não, das utopias modernas.

Um outro conceito, ligado aos pressupostos do materialismo histórico-dialético, merece também algumas considerações, dada a polêmica existente em torno dele, e a conotação que assume neste trabalho. Trata-se da noção de utopia, elo fundamental para compreensão da crise da modernidade. Assim sendo, o conceito de utopia está sendo utilizado como sinônimo de projeto racional de uma sociedade ideal, tipicamente moderna, que paulatinamente deveria e deve se efetivar na história. Não se trata, portanto, da crença em algo impossível de se realizar, significado comumente atribuído ao termo utopia. Se assim o fosse, seria a expressão da irracionalidade da própria razão moderna, o que de antemão rechaçamos veementemente.

Tendo presente esses aspectos, examinaremos brevemente o que caracteriza a modernidade. E, antes de tratarmos acerca da racionalidade neoliberal, tentaremos esboçar um quadro referencial de compreensão da crise da modernidade. Será a partir de alguns argumentos de interpretação, advindo da abordagem da problemática, que fundamentaremos nossa crítica ao neoliberalismo.

### **Modernidade e Utopia**

Historiograficamente constatamos que a modernidade finca suas raízes no século XIV, e termina no século XVIII. Ainda que não nos seja interessante essa segunda referência cronológica, a primeira, por sua vez, faz-nos perceber o quanto somos modernos<sup>1</sup> Do ponto de vista filosófico, a modernidade pode ser entendida como um

processo histórico de racionalização das instituições econômicas, políticas, culturais, religiosas das sociedades, especialmente do medievo cristão ocidental. O racionalismo grego e a perspectiva escatológica cristã, na modernidade, libertaram-se, respectivamente, da passividade fatalista e da dependência da divina providência. No evento moderno de racionalização, a razão humana se torna ativa e secular.

Ao aludir a essas mudanças, TOURAINE (1994, p. 205) nos diz que “é nas origens do pensamento grego e no pensamento cristão, alimentados por Aristóteles, que triunfou a idéia de razão objetiva” Essa concepção de razão, portanto, comandará o espetáculo da modernidade. Provocará transformações percucientes na concepção de Deus, de homem, de cultura, de natureza. Para TOURAINE (1994, p. 9), “é ela [a razão] também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas”

Destarte, a modernidade racional rompeu com a cosmovisão pré-moderna. Explicações mitológicas, ou até teológicas, receberam matizes racionais. As instituições reguladoras da sociedade medieval passaram por momentos de secularização. A ciência, a economia, a política e a cultura, paulatinamente, libertaram-se da forte influência do teocentrismo medieval. A virada antropológica, do movimento humanista, e o estabelecimento do método experimental da ciência moderna, foram também responsáveis pelo significativo triunfo da nova racionalidade sobre o *Ancien Régime*.

Com o paradigma teocêntrico da sociedade feudal em ruínas, o homem moderno sonhará, projetará um mundo novo, de cunho eminentemente racional. A modernidade confere ao homem, segundo ROUANET (1989, p. 27), “a possibilidade de construir racionalmente seu destino, livre da tirania e da superstição” Com efeito, o homem, pelo uso intenso da nova concepção de razão, levará adiante o projeto utópico da modernidade. As utopias modernas, portanto, surgem como expressão do desejo de edificação racional da nova sociedade.

Genericamente, na história moderna, podemos constatar duas grandes utopias, com seus princípios norteadores. Na modernidade, capitalismo e socialismo figuram como projetos utópicos por excelência. São enfoques econômico-políticos distintos a respeito de como deve ser o Estado e o mercado, de modo que estas esferas promovessem a organização racional das sociedades modernas. Sabemos o significado histórico-social da adoção de uma dessas duas posturas racionais acerca da economia e da política dos Estados modernos. Por ora, basta-nos a referência ao óbvio. Isto é, que o Estado capitalista garante a propriedade privada, e não intervém na ordem econômica, regulada somente pelas leis inerentes à dinâmica do mercado. Já, o Estado socialista coletiviza o que é de propriedade particular, intervindo diretamente no mecanismo do mercado, planejando a produção e a distribuição dos bens econômicos.

Ainda que essas divergências apontem para um maniqueísmo econômico-político, a dissensão existente significa muito mais uma dualidade da racionalidade econômica moderna. De fato, as utopias sociais capitalista e socialista expressam a exacerbação do racionalismo moderno. São projetos utópicos de cunho econômico, originariamente racionais e orientados para consecução da modernidade político-social. O capitalismo e o socialismo, são, para IANNI (1994, p. 21), “dois processos civilizatórios universais, essencialmente distintos e antagônicos, mas reciprocamente referidos, cúmplices constitutivos um do outro”

Em suma, essas duas utopias são indubitavelmente modernas. Capitalismo e socialismo, a seus modos, foram gestados no seio da modernidade<sup>2</sup> e a ela se filiam pelo princípio da racionalidade. Isto é, enquanto o Iluminismo e o Positivismo influenciaram diretamente o projeto econômico-político do capitalismo liberal, o Historicismo e a Dialética deixaram suas marcas no socialismo marxista. E esses movimentos filosóficos citados são próprios do pensamento moderno, fundador de uma racionalidade econômico-política diversa daquela do medievo, na qual se assentam tanto a utopia capitalista, quanto a socialista.

### Esgotamento Utópico

Somos cômicos da complexidade teórica e das vicissitudes espaço-temporais implicadas na efetivação histórica, e parcial, dos projetos utópicos da modernidade. Recordemos, por exemplo, as revoluções burguesas na Europa, e também as revoluções socialistas na Ásia e na África. No entanto, aparece como dado relevante o fato da economia moderna permanecer por setenta anos (1917-1989) claramente cindida entre nações capitalistas e socialistas. Essas duas racionalidades utópicas estabeleceram os âmbitos do agir da geopolítica mundial: ou se observava as propostas da direita liberal, ou se seguia os pensamentos econômicos e políticos da esquerda revolucionária. Com efeito, a ideologia socialista-marxista predominou na racionalidade utópica da esquerda. O mesmo fenômeno se deu com a doutrina liberal, que se tornou a base ideológica da racionalidade da direita burguesa.

Assim, dividida entre a utopia capitalista e o sonho socialista, a racionalidade econômica da modernidade se irracionalizou, dada a razão econômica gestada tanto pelos capitalistas como pelo socialistas. O resultado desse processo é fatídico ao contexto mais amplo da racionalidade moderna. A irracionalidade econômica, segundo HARWEY (1994, p. 23), torna a razão “fadada a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca de emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana”

Em função das constantes crises do capitalismo, antes e após a Revolução Russa, como a primeira grande guerra, de 1914-1917. e o *crash* do sistema financeiro mundial, em 1929, tentou-se uma alternativa ao liberalismo capitalista: o *Welfare State* (Estado de Bem-estar). Tratou-se de uma racionalidade econômico-política mista entre socialismo e capitalismo<sup>3</sup>. O Estado deveria intervir e regular a economia, impedindo crises como a de 1929, e, concomitantemente, alocar e distribuir recursos para amenizar a *questão social* do mundo moderno.

Embora reconhecendo a contribuição positiva dessa racionalidade ao problema social, sobretudo a partir do fim da segunda guerra mundial, percebemos tácita nela a tentativa de resgate da credibilidade sócio-econômica do modelo de produção capitalista ante o avanço do socialismo. Porém, as nações socialistas, de modo geral, também se defenderam das investidas do racionalismo capitalista, fechando-se numa ortodoxia própria, lideradas pela antiga URSS. Toda sorte da guerra fria é emblemática desses eventos ideológicos, ligados ao embate entre capitalismo e socialismo pela hegemonia econômico-política mundial.

Diante disso, constatamos o quanto a tenacidade ideológica, seja capitalista, seja socialista, converteu essas racionalidades utópicas em movimentos autoritários e reacionários. O esgotamento utópico da modernidade se funda na irracionalidade



provocada pelos confrontos diretos e indiretos entre capitalistas e socialistas, entre direita e esquerda mundiais. Em nome de convicções, quase sempre sectárias, pretendeu-se defender a razão econômica da modernidade, mesmo às expensas de milhões de vítimas inocentes. Guerras econômicas inviabilizaram a paz no mundo. O trabalho humano e a produção foram instrumentalizados pela ciência. O homem se tornou escravo da máquina, da tecnologia e do consumismo. A natureza, por sua vez, foi explorada predatoriamente para sustentar a irracionalidade dos macros sistemas financeiros.

Chegamos, assim, a um quadro social tétrico, racionalmente insuportável. E isso é facilmente constatável. O vazio existencial se coletiviza. A descrença no capitalismo e no socialismo dá a tônica às discussões acerca do fim do projeto moderno. Eles macularam a razão moderna. A razão utópica, tornada ideologicamente irracional, sustentou a irracionalidade dos utilitarismos oportunistas do capitalismo e do socialismo.

Sendo assim, a crise da modernidade é, sobretudo, a crise do abuso econômico praticado no interior dessas racionalidades utópicas, e da disputa política entre elas. Porém, conforme já dissemos alhures, quando nos referimos à questão das utopias, muitos consideram assaz tênue o limite entre o racional e o irracional. Daí, a impressão de que a razão moderna é que se tornou irracional. Todavia, embasados no que foi exposto anteriormente, afirmamos que a razão em si mesma não é, e nem se fez irracional. A propalada crise da modernidade, e, a seu turno, o esgotamento utópico, expressam o irracionalismo econômico da inconseqüente opção político-ideológica assumida pelo capitalismo e pelo socialismo.

### **Falácia da Razão Neoliberal**

Conforme apontamos acima, a ideológica irracionalidade econômico-política entre capitalismo e socialismo sufocou a razão moderna. Tal fenômeno reflete na condição da utopia moderna. A razão tornada irracional faz com que a modernidade utópica se desencante historicamente. Esse desencanto, para FIORI (1993, p. 387), dá-se pelo “desmonte das referências ideológicas que organizaram todos os projetos e lutas coletivas nos dois últimos séculos” Ou seja, tal evento estabeleceu a certa descrença na capacidade utópica do Estado moderno e seus modelos econômicos. Essa descrença se evidencia sobretudo após as boçalidades da segunda guerra mundial, cometidas em nome de uma certa racionalidade, marcada pela instrumentalização da razão moderna.<sup>4</sup>

Assim, aproveitando-se das incertezas econômico-políticas do pós-guerra e do espaço histórico-cultural aberto pela intensificação do fenômeno da globalização, o movimento neoliberal se impõe como a única alternativa para solução da crise dos irracionalismos econômicos. Sua racionalidade econômica tenciona o fim dos desencontros econômicos dos modelos utópicos da modernidade. Como resultado dos avanços e retrocessos da utopia moderna, o neoliberalismo, segundo ANDERSON (1996, p. 22), apresenta-se como “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”

Com efeito, os neoliberais sustentam veementemente a reorganização dos eixos econômico e político do Estado moderno. Na nova ordem pretendida, esses dois

eixos devem estar abertos à transnacionalização e à flexibilização do consumo e da produção mundial. São mudanças profundas que visam a romper a rigidez política do Estado e da economia, atrelados ao nacionalismo. Os neoliberais argumentam que a crise econômica da modernidade se origina no entropismo das economias nacionais. Tecem críticas à onerosidade do *Welfare State*, e aos excessos da burocracia do Estado socialista. Pela ótica do neoliberalismo, a redefinição do papel do Estado moderno e o desmonte do nacionalismo econômico, em vista do mercado mundial, tornam-se imprescindíveis para que a razão econômica moderna readquira seu *status* intrinsecamente racional.

Para efetivação disso, figuram nas teses do neoliberalismo a reengenharia do Estado e da economia nacionais. Com efeito, os neoliberais postulam as privatizações e as reformas do aparelho estatal, e a flexibilização das relações de produção, buscando adequar o mercado interno às exigências do capitalismo financeiro globalizado. O realento da modernidade utópica advém dessas práticas. A racionalidade neoliberal insiste na execução de tais medidas políticas, como condição *sine qua non* para reabilitação econômica da modernidade.

Todavia, uma análise mais cuidadosa da aplicação dos pressupostos teóricos do neoliberalismo, revela-nos que o desenrolar do processo é marcadamente ideológico e irracional. A falácia da racionalidade neoliberal está implícita no ataque movido contra o *Welfare State*, e no retórico discurso da liberação do mercado. A irracionalidade da teoria neoliberal também se evidencia quando percebemos que o mercado é idolatrado em detrimento do Estado. Parece mais uma tentativa de restituição da racionalidade econômica capitalista. Acerca disso, SELL (1998, p. 5) diz que “mais que uma teoria econômica, portanto, o neoliberalismo é uma ideologia política, que tem por objetivo reorganizar o sistema capitalista em função do seu objetivo central: o processo de produção da mais-valia”

Diante dessa constatação, não podemos deixar de considerar que a privatização, proposta pelos neoliberais, é somente para eles se apossarem dos setores e serviços públicos lucrativos — aqueles que geralmente operam com prejuízos ficam para os Estados. Os políticos e intelectuais do neoliberalismo sofismam ao afirmar que o Estado, nesses tempos de globalização, deve se preocupar com o bem-estar da população, aplicando no setor social os recursos provenientes das vendas das estatais e das concessões de serviços à iniciativa privada. Certamente, a maior parte do dinheiro das privatizações e das concessões, destina-se ao pagamento dos credores internacionais. Também, uma soma vultosa desses recursos é utilizada para dar credibilidade financeira às moedas nacionais ante à vulnerabilidade do capitalismo financeiro aos ataques especulativos, como se deu no México, no sudeste asiático, na Rússia e no Brasil, só para citar as crises financeiras mais recentes da década de 90.

Não bastando somente o evento das privatizações, os neoliberais atrelam a ele a reforma jurídico-constitucional do Estado moderno. Trata-se de uma reforma que visa a diminuir legalmente a presença do Estado no setor produtivo das economias nacionais, deixando-o à iniciativa privada transnacional. São movimentos políticos que imprimem, legam ao mercado uma racionalidade econômica acima da capacidade interventora do Estado. Para os neoliberais, o mercado é dotado de um mecanismo autônomo, eficaz social e politicamente enquanto regulador da economia. Ele

aloca e distribui os recursos aos diversos setores da sociedade segundo as demandas de oferta e procura, lei inerente ao princípio econômico liberal. Nessa ótica, a eficiência utópica do mercado neoliberal prescinde da racionalidade do Estado interventor. No entanto, o Estado neoliberal não é eliminado definitivamente do cenário político, mas reduzido à guardião do sistema financeiro, e a criador das condições para fluidez do capital. E, assim, o neoliberalismo vai submetendo o Estado social aos cânones do capitalismo financeiro internacional, expressão da exacerbação da racionalidade econômica do liberalismo.

### Considerações Finais

Vimos como o neoliberalismo pretende sustentar a tese de menos Estado e mais mercado como solução para crise da modernidade. Percebemos também o quanto a racionalidade das privatizações e das reformas satisfazem os interesses da iniciativa privada, e contribuem para a inserção unilateral do Estado e do mercado na economia globalizada. A racionalidade neoliberal, de fato, não se destina à superação dos desequilíbrios sociais, causados pelos irracionalismos dos projetos utópicos capitalista e socialista.

Face aos argumentos desenvolvidos ao longo deste artigo, sentimo-nos à vontade para afirmar que o neoliberalismo é irracional. Sua irracionalidade se verifica sobretudo quando os governos nacionais buscam equilibrar suas contas. A principal medida para se atingir o equilíbrio esperado, e até mesmo um *superávit*, consiste em cortar do orçamento público os recursos para o setor social, favorecendo a racionalidade do sistema financeiro do capitalismo internacional; prática governamental implícita na tese-força do neoliberalismo. A eficácia das políticas neoliberais se dá através do aprofundamento dos abismos sociais entre ricos e pobres, seja em nível local, seja em nível global. Quanto mais miséria e desníveis sociais, melhor se evidencia o êxito do racionalismo neoliberal.

Ainda que para o asseclas do neoliberalismo, seus argumentos pareçam sustentáveis por uma lógica racional pertinente, a crítica conscienciosa nos faz apercebermos de que não podemos aceitar tal racionalidade excludente. Ao contrário, devemos, sim, elaborar uma outra alternativa de racionalidade econômico-política, que melhor articule socialmente as esferas modernas do Estado e do mercado. Essa exigência utópica se torna premente diante do enorme contingente de excluídos dos resultados positivos da modernidade.

O movimento neo-socialista<sup>5</sup> parece estar atento aos desafios econômicos, políticos, sociais e culturais, oriundos do mundo moderno. As discussões acerca de como lidar satisfatoriamente com essas questões acentuam o papel da sociedade civil. Seu protagonismo utópico anela estabelecer a primazia da racionalidade das organizações sociais sobre a do mercado e a do Estado. A partir dessas características, em qualquer projeto alternativo para modernidade, segundo HABERMAS (1992, p. 12), “os próprios participantes precisam se entender preliminarmente, [e] não é difícil verificar que a auto-organização da sociedade democrática de uma comunidade jurídica forma o núcleo normativo desse projeto” Assim, ou o homem em sociedade ficará acima das racionalidades dos modelos de Estado e mercado, ou a irracionalidade econômica repetir-se-á constante na história, deixando inacabado o projeto utópico da modernidade.



## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. Balanço Neoliberal, in SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado moderno*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, Antony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- HARWEY, David. *Condição Pós-moderna*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997
- SELL, Carlos Eduardo. *Neoliberalismo X Neosocialismo*, In: VIII SEMANA FILOSÓFICA: Brusque - SC, FEBE, ago. 1998. (mimeo).
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

## NOTAS

1. O período histórico, no qual situamos a modernidade, escapa à convenção usual da Tomada de Constantinopla pelos turcos Otomanos, em 1453, e da Queda da Bastilha, em 1789, como seus marcos inicial e final, respectivamente. Assinalamos, como suposto "início da modernidade" o Humanismo antropocêntrico da Renascença. E não estamos preocupados em estabelecer um ponto histórico que pudesse servir como marco final da modernidade. Deixamo-no em aberto, mesmo se tal atitude possa parecer desconcertante para muitos, uma vez que concebemos o projeto moderno como um processo racional e histórico.
2. Reportando-nos à história, constatamos que a classe burguesa forjou, no capitalismo liberal, seu projeto de modernidade. Também percebemos que o movimento socialista, que questionava o desajuste social do racionalidade capitalista, através de uma outra reflexão acerca do Estado e do mercado, buscava igualmente salvar a modernidade racional.
3. A racionalidade das economias mistas tem como expoente o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946). Em sua obra magna, *Teoria geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), KEYNES, trata acerca das crises econômicas do liberalismo capitalista. Ele também apresenta uma série de medidas a serem tomadas pelo Estado no sentido de evitar as crises de superprodução geradas pelo capitalismo. A racionalidade econômica mista sustentou a opção política dos governos social-democratas. De modo geral, a social-democracia acabou se tornando o projeto econômico-político dos Estados nacionais capitalistas, europeus ou não, desde o fim da segunda guerra mundial até por volta do fim dos anos 80.

4. Ultimamente, em função do desencanto da modernidade, o movimento pós-modernista avança velozmente. O fulcro dos seus argumentos centra-se no rechaço à razão instrumental da modernidade, e no abandono do objetivismo filosófico das metas narrativas historicistas. O pós-modernismo valoriza as experiências subjetivas, a emoção da vida cotidiana, o tempo presente como compreensão da história. A vanguarda dessa "racionalidade" é mais facilmente verificada em certas correntes da arte contemporânea. Também podemos identificar a presença do pensamento pós-modernista na base de algumas orientações filosóficas, como, por exemplo, o movimento holista. Porém, o pós-modernismo, dada sua fundamentação epistemológica, encontra fortes resistências da comunidade científica, tendo, assim, pouca expressão acadêmica.

5. O que se está denominando de *neo-socialismo*, de fato, diz respeito a uma retomada crítica, e não dogmática, da teoria econômica socialista, tendo em vista a falácia do neoliberalismo e a urgência em se dar novo alento ao projeto utópico da razão moderna. Nesse sentido, em março de 1998, na cidade de Florianópolis SC, realizou-se um dos primeiros congressos internacionais do neo-socialismo, na tentativa de se delinear propostas exeqüíveis, que pudessem sinalizar como esperança racional à toda sorte do irracionalismo neoliberal